

PENSANDO O BRASIL NO IMPÉRIO

THINKING BRAZIL IN THE EMPIRE

¹Paula Stephanny Barbosa Pereira

²Luíz Eduardo Castro

³Sebastião Perez Souza

⁴Gustavo Ferreira Duarte

⁵Daniela da Silva Ferreira

⁶João Luís Ferreira

⁷Wendell Teles de Lima

⁸Ana Maria Libório de Oliveira

⁹Marcelo Lacortt

¹⁰Francilene dos Santos Cruz

¹¹Thomaz Décio Abdalla Siqueira

¹ Graduada em Geografia pela UEA.

² Graduado em Geografia pela UEA.

³ Graduado em Pedagogia, especialista em EAD, psicopedagogia, libras, professor da SEDUC-AM.

⁴ Graduado em Geografia, professor da SEDUC-AM.

⁵ Graduada em Biologia.

⁶ Graduado em Geografia.

⁷ Pós doutor em Geografia, professor da UEA-ENS.

⁸ Professora Doutora, no ensino de Matemática, professora do IFBR.

⁹ Professor do IFSUL, graduado em Matemático, professor Mestre em Engenharia.

¹⁰ Professora Doutora sociedade e cultura, na Amazônia, professora do CSTB UEA.

¹¹ Professor Titular Classe E da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Presidente da CPA - Comissão Própria de Avaliação da UFAM – Universidade Federal do Amazonas. E-mail: thomazabdalla@ufam.edu.br

RESUMO

Colocado como uma das grandes personalidades do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior o chamado Barão de Rio Branco, ajudou a configuração atual do país, e sua formação, com suas fronteiras consolidadas, diante dos demais países, na época do Império brasileiro, além da consolidação das fronteiras, arbitrou a anexão do Acre com a Bolívia, a última parte territorial do país anexada para a constituição do país até o presente momento, que se apresentava como monarquia, é o único país da América do Sul no meio de democracias novas, isso refletiu no imaginário geográfico dos outros países no subcontinente, sendo que o mesmo era representante de monarquias das decadentes monarquias da Europa, contando com a sua grande extensão territorial, que resultou em problemas internos e externos com a consolidação de suas fronteiras com outros países, esse artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, com revistas indexadas, sendo assim entender a formação do país, remete ao período Imperial da formação do país.

Palavras-chave: Império; Brasil, formação;

ABSTRACT

Positioned as one of the great personalities of Brazil, José Maria da Silva Paranhos Júnior, the so-called Baron of Rio Branco, helped the current configuration of the country, and its formation, with its consolidated borders, compared to other countries, in the era of the Brazilian Empire, in addition to consolidating the borders, arbitrated the annexation of Acre with Bolivia, the last territorial part of the country annexed for the constitution of the country until the present moment, which presented itself as a monarchy, it is the only country in South America in the middle of new democracies, this was reflected in the geographical imaginary of other countries in the subcontinent, as it was representative of monarchies of the decadent monarchies of Europe, counting on its large territorial extension, which resulted in internal and external problems with the consolidation of its borders with other countries, this article is the result of a bibliographical research on the

subject, with indexed magazines, thus understanding the formation of the country, referring to the Imperial period of the country's formation.

Keywords: Empire; Brazil, training.

INTRODUÇÃO

Considerado um dos diplomatas brasileiro proeminente do país, sendo seu nome José Maria da Silva Paranhos Júnior, esse vocativo de barão ocorreu no Império brasileiro, na seguinte ocasião. Em 1888, por ocasião da assinatura da Lei Áurea, recebeu o título de barão do Rio Branco como demonstração de deferência do imperador ao filho do autor da Lei do Ventre Livre.

Ganhando notoriedade o Brasil tenta ser um dos expoentes do sistema internacional, como vemos abaixo.

Conforme Aron (1986, p. 153), sistema internacional “é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”. No tocante à correlação de forças dentro do sistema, o autor propõe duas categorias. De um lado, estão os sistemas bipolares, nos quais duas unidades políticas superam todas as demais em importância. De outro, aparecem os sistemas multipolares, dentro dos quais há várias unidades políticas que gozam do mesmo peso, o que torna possível a existência de diversas alianças entre elas. Além disso, poderão os sistemas ser heterogêneos, quando as unidades políticas apresentam valores contraditórios, sendo organizadas de forma distinta, ou homogêneos, quando os Estados comungam as mesmas concepções políticas. Para Aron (1986), os sistemas homogêneos possuem maior estabilidade. (Muñoz, p. 2, 2009).

Uma das questões permeadas no período Imperial foi a questão de litígio territoriais, que foi uma permanente na época do Império, essa questão ficou evidenciada, dada a formação do Brasil, no continente, ocorreu um ajuste em seu território com outros países já existentes, sendo, assim, é representado na constituição do Brasil e sua formação como é visto abaixo. Sendo assim, o Brasil era configurado da seguinte forma como visto abaixo.

O Império do Brasil, à época de seu nascimento, contava 18 províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Durante todo o período imperial, a divisão administrativa do Brasil mudou

apenas com a criação da Província do Amazonas em 1850, desmembrada da Província do Pará, e também com a elevação da Comarca de Curitiba à Província Independente, em 1853, com o nome de Província do Paraná (ESCOBAR, s/d). (Guerra; dos Santos, p. 2, 2011)

Como já citamos, abaixo, e mostrado os litígios territoriais, no Império brasileiro. Como visto a seguir.

FIGURA 01: LITÍGIOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO



FONTE: <https://biamapas.com.br/produto/brasil-republica-ii/>

Devido à sua vasta extensão territorial em comparação com outros países da América do Sul, o Brasil exigiu a necessidade de ajustar suas fronteiras ao longo do tempo. Esse processo envolve a assinatura de territórios tratados, muitas vezes resultando em litígios com países vizinhos. Um exemplo disso é a disputa pelo Alto Solimões, onde

o Brasil conseguiu manter porções do território sob sua posse, especialmente em relação aos países descendentes da Espanha. Esse esforço garantiu ao Brasil uma parte significativa da bacia amazônica. Além disso, o Brasil expandiu seu território em direção à Bolívia, especialmente com a questão do Acre, cuja anexação foi fundamental para consolidar suas fronteiras e garantir maior controle sobre a região Norte. Esse processo de delimitação e consolidação territorial foi crucial para a formação do Brasil como o conhecemos hoje.

A expansão das fronteiras brasileiras ocorreu mais acentuadamente durante o período colonial, ao contrário do que ocorreu em outros países, como os Estados Unidos, que se expandiram principalmente após a sua independência (SOARES, 1972). Destarte, para a compreensão do processo de formação e expansão das fronteiras do Brasil, é importante que se entenda como era a organização do mundo nesse período que se caracterizou, no Brasil, o ápice da expansão das suas fronteiras. Analisaremos então como se caracterizava o processo de colonização e sua influência na expansão territorial e formação das fronteiras. (Oliveira, p. 13, 2015)

Além da preocupação com as fronteiras em função da grande extensão territorial, existia uma preocupação interna remetida já no período Imperial, com a divisão interna com a províncias, qual seria a formar mais adequada da divisão interna para o país? Como vemos abaixo.

Embora não tivessem ocorrido grandes mudanças no número de unidades existentes, foi durante o Império que se iniciaram os debates sobre a divisão dos estados brasileiros. Bastos publicou em 1870 um trabalho em que caracterizava a divisão herdada como um [...] problema rodeado de inúmeros tropeços, demandando um estudo sério de nossa geografia política [...] (1997, p. 345). A solução seria redividir os estados brasileiros sob duas formas: as áreas com maior densidade populacional seriam províncias com representação política no Império, e aquelas com reduzida população, seriam distritos administrados por autoridades nomeadas até se desenvolverem o suficiente, em população e economia, para obter representatividade política e transformarem-se em províncias.

FIGURA 02:PROVINCIAS DO BRASIL NO IMPÉRIO



FONTE: <https://delfinadearaujo.com/generos/onicidium/pages/mapaesta.htm>

Além de algumas modificações territoriais, nessa época como foi o caso da criação da província do Amazonas e Paraná em função de suas grandes extensões territoriais, essas novas províncias trazem teoricamente a presença do Estado para essas grandes porções territoriais, existiu um outro problema de ordem política o Brasil era o único país diferenciado da América do Sul a ser império no meio das repúblicas.

A política externa do Brasil sofreu mudanças no período compreendido entre as décadas de 1870 e a de 1880. Na primeira, situa-se o término da guerra no Sul, a qual permitiu, de acordo com Amado Cervo (2001, p. 109), a ascensão e a queda da política do Império brasileiro. Por meio desta, pretendeu-se tornar o país uma potência periférica regional que seria auto formulada, contínua e racional por que guiada por objetivos próprios. Antes da derrocada da Monarquia, no ano de 1889, essas mudanças de fundamento da política externa se manifestaram por tendências de distensão e de universalismo até a emergência da República. (Lyra Júnior, p. 1, 2009)

METODOLOGIA

Este artigo é bibliográfico através de revistas indexadas, sobre o assunto. Pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico. Tem o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

Neste sentido, como já abordamos o império constitui-se no meio das repúblicas na América do Sul, neste sentido, o império brasileiro deve direcionar sua política externa.

Como vemos abaixo, a questão do sul, no entanto todo o país é permeado pelas questões territoriais, pelo Brasil.

Dentre os diversos assuntos que produziram análises e periodizações, se destaca aqueles que versam sobre a inserção brasileira no Prata, especialmente durante o século XIX. O interesse sobre a temática se explica pela interação constante entre os países da região, resultando no território em que mais intensas foram as ações brasileiras, especialmente no período do Império do Brasil (1822-1889). Localizada na fronteira meridional, historicamente foi fonte permanente de conflitos entre espanhóis e portugueses no período colonial, e posteriormente entre os novos estados americanos, metabolizou boa parte dos desafios na construção nacional dos países da região. (CALÓGERAS, 1957:137-138) A regra geral dessa parte do continente era de uma profunda interação causada pela indefinição de fronteiras e nacionalidades, sendo marcados por intensas atividades revolucionárias,

contínuos conflitos, guerras, além das recorrentes ascensões e quedas de líderes locais, repercutindo especialmente na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (atual Rio Grande do Sul) pela sua proximidade e similitude em vários aspectos com a realidade dos vizinhos. (Coronato, p. 2,3, 2015)

Como umas das figuras emblemáticas do império brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco que ajudou a formação do território brasileiro, em sua configuração, tentando arbitrar as questões territoriais do país com outros em suas fronteiras brasileira, como vemos abaixo sua relevância.

No entanto, apesar de defender a solução pacífica dos conflitos como um princípio fundamental da política externa brasileira, também reconhecia a importância da dissuasão na manutenção da paz e da segurança nacional. Em seu discurso na Conferência de Paz de Haia, em 1907, o Barão do Rio Branco expressou sua preocupação com o estado do treinamento e do equipamento das Forças Armadas, elemento importante na formulação e na execução da política externa, ainda que utilizadas apenas para a dissuasão (RIO BRANCO, 2003). Para ele, um país deveria ter um poder militar suficiente para proteger sua soberania e interesses nacionais, bem como para evitar que outros países tentem impor sua vontade pela força. Dito de outra forma, que as Forças Armadas cumpram seu papel constitucional, ou seja, a Defesa da Pátria. (Pedrosa, p. 11, 2023)

Abaixo vemos porções do território brasileiro disputada por outros países da América do Sul, que configurou a região Amazônica, como visto a questão da mesorregião, do Alto Solimões, a introdução do Acre ao território brasileiro.

Magnoli (1997, pp. 241-42) utiliza o termo *orogênese* para se referir ao processo de constituição da fronteira, cuja origem é *Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique*, de Foucher (1991), o qual também se utiliza do termo *díade* para se referir às fronteiras comuns entre dois países. No caso brasileiro, os limites se estendem por 23.086 km, sendo 15.719 km terrestres e 7.367 km marítimos, com dez entidades políticas: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Conforme Magnoli (op. cit., pp. 242-43), pouco mais da metade dos limites terrestres, ou 7.948 km, foi estabelecida durante o Império, seguido pelo período Rio Branco com 32% ou 5.062 km e do período colonial com 17% ou 2.709 km. (dos Santos Junior, p.340, 2020)

FIGURA 03: CONFIGURAÇÃO DO BRASIL NO IMPÉRIO E SUAS ÁREAS A SEREM REIVINDICADAS



FONTE: <https://vitis.sk/e-Uruguai-estabelecem-fechamento-da-fronteira-terrestre/15117928.html>

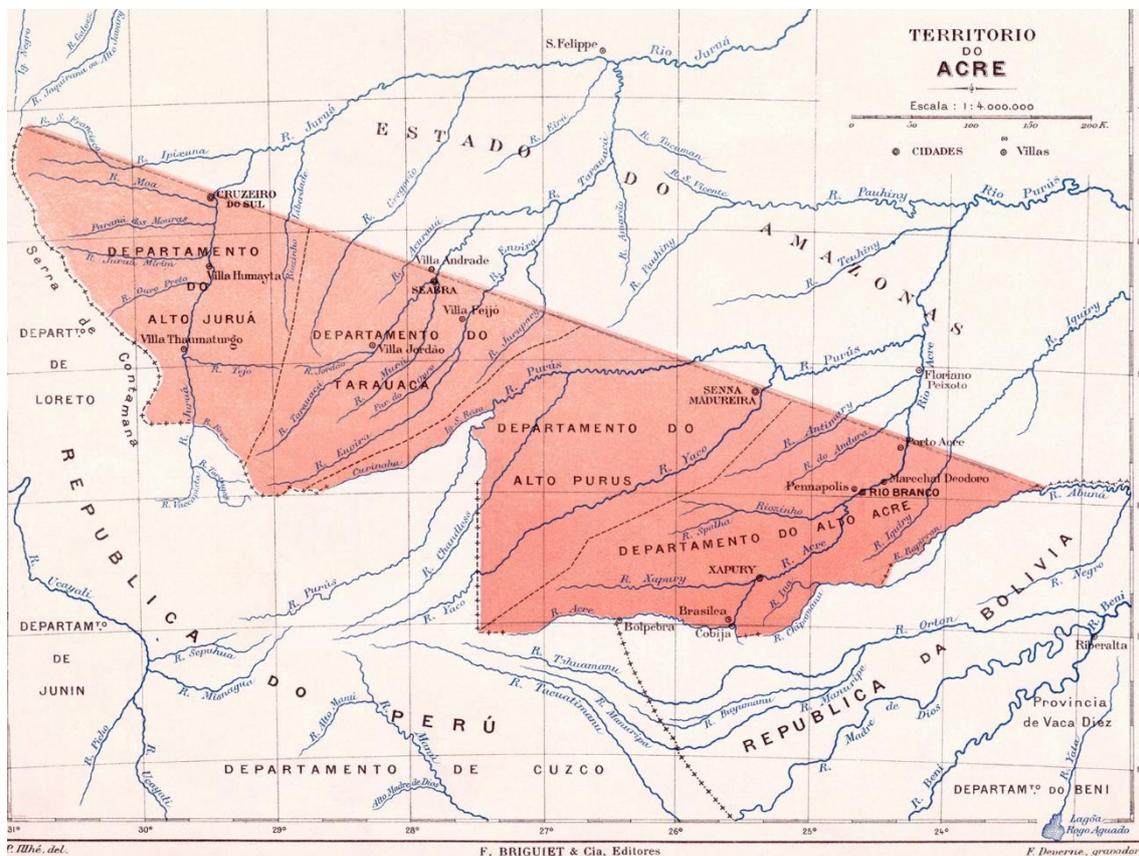
No norte do Brasil, durante o período Imperial, diversas disputas territoriais que marcaram a história da região e tiveram repercussões importantes para a consolidação do território nacional. A questão do Acre, talvez a mais popularizada, envolveu uma intensa negociação entre o Brasil e a Bolívia, culminando na assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, que garantiu a compra do Acre, incorporando-o definitivamente ao território brasileiro. Esse processo foi complexo, envolvendo não apenas interesses territoriais, mas

também a presença de seringueiros brasileiros que habitavam a região. Outra disputa significativa foi a questão do Pirara, uma área disputada entre o Brasil e a Guiana Inglesa (atualmente Guiana), situada na região de Roraima. Essa disputa só foi resolvida em 1920, após um longo processo de negociação diplomática. No caso do Alto Solimões, o território também foi objeto de reclamação por parte da Colômbia, que buscava expandir suas fronteiras para a região amazônica. A incorporação do Acre, no entanto, foi uma questão mais contundente e emblemática, não apenas pela complexidade das negociações, mas também pela estratégia de integração do governo brasileiro, que visava garantir a soberania sobre a região amazônica, considerando sua importância estratégica e os recursos naturais da área. Esse processo reflete a necessidade do Império em fortalecer seu domínio sobre o vasto território, especialmente na região Norte, onde a presença do Estado ainda era incipiente.

Contudo, o incidente de nacionalização se tornou marco inaugural do Acre em termos de História do Brasil. E a partir disto, em nosso país costumeiramente ao se estudar a anexação do Acre temos dupla perspectiva dominante. Uma dentro do campo macronacional e outra no que poderíamos denominar (malquerença de muitos historiadores) História Regional. Em caráter interno ao Brasil, quer nos livros didáticos ou mesmo nos estudos sobre fronteiras, a “Questão do Acre” aparece como conflito solucionado no período de Rio Branco a frente do Itamaraty e se insere no contexto de consolidação dos limites da república face a criação de um novo ente federativo² imprevisto na Constituição de 1891 (contrariando expectativas e investimentos do estado (Franco, p. 124, 125, 2017)

Essa porção do território foi a última parte do território nacional incorporada e ampliada, como visto abaixo.

FIGURA 04: ACRE NOVA INCORPORAÇÃO DO BRASIL

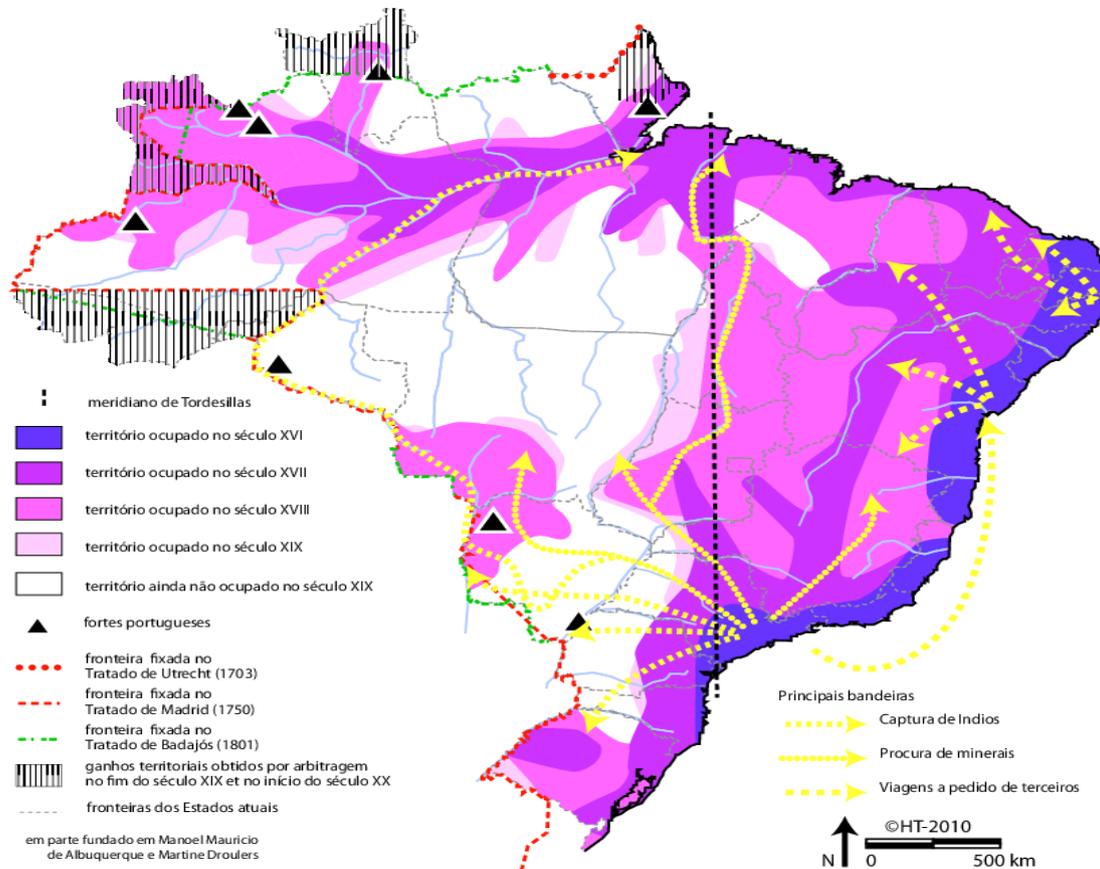


Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/acre/mapa-historico.htm>

Como abordamos o Acre foi a última porção territorial do império incorporado ao Brasil, através do Tratado de Petrópolis, que foi adquirido da Bolívia, como vemos abaixo.

Um ano após o Tratado de Petrópolis, Chile e Bolívia assinaram o Tratado de Paz e Amizade em 1904. Seguindo a política brasileira, o governo chileno além de indenizar a Bolívia pela perda do território costeiro em 1882, propôs a construção de uma ferrovia visando ligar o porto chileno de Arica até La Paz. Ferreira (1959) aponta que essa ferrovia tinha dois objetivos centrais: substituir a ferrovia peruana (que ligava Molendo-Puno) e gerar concorrência com a Ferrovia Madeira-Mamoré (Rafael; Oliveira Neto; Nogueira; Yano, p.5, 2022)

FIGURA 05: MAPA DO BRASIL ÁREAS ACHURADAS DISPUTAS PELO BRASIL



https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Brasil-ocupacao-do-territorio_fig1_272697147

Como vemos, a questão dos litígios territoriais permeou o império brasileiro, isso ocorreu em função da extensão territorial do país, isso implica na solidificação territorial, com os países vizinhos espanhóis, com exceção da Guiana e Suriname, como visto a formação do Brasil na América do Sul.

O Brasil, no curso de sua atuação internacional, utilizou-se de diferentes referências regionais que forneceram distintas plataformas para a articulação de seus movimentos no continente americano e no mundo. Essas referências regionais, que fazem parte da identidade internacional do país, remetem a conceitos diferentes, muitas vezes dissonantes, e refletem percepções distintas do arranjo regional e da inserção do Brasil nesse concerto. (Couto, p. 160, s.d.)

Portanto observamos que o Brasil é parte da constituição do sistema capitalista, e sua sobrevivência, que implicou na necessidade de produção desse país, como visto abaixo.

A “Barganha Nacionalista” (VIZENTINI, 1995), iniciada por Vargas, a qual resultou em uma siderúrgica para o projeto industrial brasileiro e, por conseguinte, no início do processo de industrialização, teve por objetivo um certo pragmatismo na relação direta com o centro industrial hegemônico do continente, que, no caso brasileiro, referia-se à hegemonia norte-americana. (Martins, p. 2, 2016)

Como notamos, que a constituição do Brasil, já na época do Império é fruto das necessidades de reprodução, do sistema capitalista, sendo necessário, sua existência, para esse sistema, como periferia privilegiada, para organização desse sistema.

Sendo assim, como parte integrante ocorreu a preocupação com as fronteiras nacionais, como consolidação para seu território como visto abaixo.

A análise das fronteiras brasileiras implica logicamente, levar em conta ao menos duas dimensões do problema: a nível internacional, reconhecendo a importância estratégica deste novo território, diversos países estarão diretamente interessados na construção deste Estado, e deverão mobilizar todos os meios possíveis para poder ser força de proposições, sobretudo se eles se situam diretamente do outro lado da fronteira; a nível interno, os esforços para criar um único bloco unido e coerente passam pela construção de imagens, das quais uma série de mapas gerais feitos entre meados do século XIX até o início do século XX, traduzem os diferentes momentos do governo e da diplomacia Imperial na delimitação territorial. (de Biaggi, p. 3, 2011)

Como vemos, notamos que existiu uma necessidade externa com os demais países, com as questões territoriais pendentes até se consolidar como parte do território brasileiro, que repercutiu na constituição do seu pensamento das relações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, a entender a constituição do país e seu território devemos nos remeter ao período Imperial, onde o Brasil constitui-se como a única monarquia do subcontinente, que consolidou seu território nacional.

Foi nesse período Imperial que surgiu à questão de litígios territoriais, para “negociar” as partes do território disputados com os países originados hispânicos. Sendo assim, demonstra a necessidade, de se entender o período Imperial brasileiro, que resultou na constituição do território brasileiro, que repercuti na formação do país.

BIBLIOGRAFIA

CORONATO, REI. Daniel. **As Fases da Política Externa do Império do Brasil na Relação com a República Oriental do Uruguai (1828-1864).** Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/39/1433894439_ARQUIVO_AsFasesdaPoliticaExternadoImperiodoBrasilnaRelacaocomaRepublicaOrientaldoUruguai\(1828-1864\).pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/39/1433894439_ARQUIVO_AsFasesdaPoliticaExternadoImperiodoBrasilnaRelacaocomaRepublicaOrientaldoUruguai(1828-1864).pdf). Acesso: 15 nov. 2024.

COUTO, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/gvBVsmPVbV7mD5zZxzhRCBS/?format=pdf>. Acesso: 15 nov. 2024.

DE BIAGGI, Enali M. As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/DE_BIAGGI_ENALI_M.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

DOS SANTOS JÚNIOR, Washington Ramos. **Revisitando o processo de formação das fronteiras brasileiras.** *Revista da ANPEGE*, v. 30, pág. 338-362, 2020.

FRANCO, Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque. **A anexação do Acre ao Brasil no contexto das relações internacionais que conduziram à construção das fronteiras brasileiras (1580-1909).** *Jamaxi*, Universidade Federal do Acre, v. 1, 2017.

Martins, R. P. (2015). **DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE ESCALAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS.** *SÉCULO XXI: Revista De Relações Internacionais - ESPM*, 5(1), 49–66. BRASILEIRAS.

PEDROSA, Henrique Vidal López. **O SISPRON, a estratégia de dissuasão e suas implicações para o SEEX.** Documento de Política, Rio de Janeiro, 2023.

RAFAEL, Carlos Eduardo Silva Simões; OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista; YANO, Yuji Santos. Fronteira Brasil-Bolívia: formação, demarcações, conflitos e linha férrea, **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía** | vol. 31, n.º 1, jan. - jun. de 2022.

RAFAEL, Carlos Eduardo Silva Simões; OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José Batista; YANO, Yuji Santos. **Fronteira Brasil-Bolívia: formação, demarcações, conflitos e linha férrea** . *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* , v. 1 jan./jun. 2022. PARA O SEEX, *Policy Paper* , Rio de Janeiro, 2023.

GUERRA, Amanda Estela; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. **O “Atlas do Império do Brasil”**: uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX . In: **IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**”, 2011, Porto. Anais [...]. Porto: [sn], 2011.

LYRA JÚNIOR, Américo Alves de. **Política externa do Brasil nos últimos anos do Império: uma leitura a partir de Salvador de Mendonça**. MUÑOZ, Luciano da Rosa. **A política externa de Rio Branco**. *Cadernos de Relações Internacionais* , v. 2, 2009.

OLIVEIRA, Samara Mineiro. **FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS, Monografia**, Brasília (DF) Junho, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/11473>. Acesso: 19 nov. 2024.